



## MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt  
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

### ACTA N.º.11/2004 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2004

Aos dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

#### Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia um de Junho de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **304.810,56 € (trezentos e quatro mil oitocentos e dez euros e cinquenta e seis cêntimos)**.-----

#### ----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

##### Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar. Nenhum eleito apresentou qualquer assunto, tendo o Presidente passado de imediato ao ponto seguinte.-----

#### -----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº. 10/2004-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

- Ponto 2.3 – Empreitada de Ampliação do Mercado Municipal de Borba-----  
a) Aprovação de Auto de Trabalhos a Mais-----  
b) Prorrogação do prazo de construção da obra-----  
Ponto 2.4 – Normas de Aplicação do Programa “Borba Branca Borba  
Limpa – 2004”-----  
Ponto 2.5 – Protocolo com COFAC – Cooperativa de Formação e  
Animação Cultural, CRL-----  
Ponto 2.6 – Marcação de Hastas Públicas-----  
Ponto 2.7 – Actividades da Câmara-----

## **PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA N.º. 10/2004 -----**

Previamente distribuída por todos os eleitos, e após a introdução de algumas correcções, **a acta n.º.10/2004 foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção.** Absteve-se o vereador Vicente Manuel Ameixa Ermitão por não ter participado na reunião correspondente.

## **PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS-----**

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações:-----

### **a) Pedido de informação prévia-----**

Processo: **137/04**-----

Requerente: **Cedila Mandely Aguilar Alva**-----

Local: Carrascos – Azinhaga do Monte Cruz - Borba-----

Objecto do requerimento: Pedido de informação prévia para viabilidade de construção num prédio rústico.-----

A pretensão que o requerente expõe, como promitente comprador, refere-se à possibilidade de construção num prédio rústico, localizado numa propriedade rústica denominada como “Carrascos” – artº 82 – secção C da Freguesia Matriz deste Concelho.-----

A parcela de terreno, objecto da pretensão apresenta-se com um total de 10 750 m2.-----

À luz do PDM, esta propriedade apresenta-se com a classificação de “áreas agro-florestais”, sendo que, da observação da Carta de Condicionantes, não é abrangida por nenhuma condicionante. Assim, dispõe o artº 47º que:-----

- “as áreas agro-florestais são constituídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola e que não estão incluídos na RAN nem na REN, possuindo um uso actual agrícola, florestal ou estando incultos,

onde poderão ser instaladas pastagens, sistemas silvo-pastoris, ou mesmo floresta, de forma a fixar uma população ligada ao meio rural”;

- “as construções ficam sujeitas aos seguintes condicionamentos:-----
- a) o índice máximo de construção é de 0.05, excepto para as construções industriais, é de 0.01 – revelando-se possível a edificação de habitação ou agro-turismo totalizando 537.50 m2 de área de construção;-----
- b) a área máxima de impermeabilização do solo é de 10% da área da parcela com o máximo de 1075.00 m2;-----
- c) “a impossibilidade ou inconveniência da execução nestas áreas de soluções individuais para as infraestruturas poderá ser motivo de inviabilização da construção” – nº 7 do artº 47º do regulamento. Assim, propõe-se que a pretensão seja viabilizada só no caso de o requerente assumir a responsabilidade e custos pela realização de infraestruturas que sirvam a construção.-----

No que concerne ao uso, tendo em conta que a utilização descrita na memória descritiva e justificativa não é esclarecedora quanto ao tipo de turismo, não foi solicitado parecer a entidades externas, pois são distintas consoante o tipo de turismo (agro-turismo ou empreendimento turístico). No entanto, será de referir a necessidade de aplicação do DL 54/2002, de 11/03 e DR13/2002, de 12/03, bem como restantes normativas e regulamentos aplicáveis no caso de turismo no espaço rural.-----

No caso de parques de turismo rural, deverá o projecto enquadrar-se no disposto no DL 192/82, de 19/05.-----

Relativamente ao alojamento turístico, o regime jurídico integra o DL 55/2002, de 11 de Março.-----

Para elaboração de projectos de turismo da natureza, o DL 56/02, de 11 de Março define as normas aplicáveis nos projectos e procedimentos para licenciamento.-----

**No que concerne a restantes especificidades regulamentares a que uma futura construção possa estar sujeita, independentemente da sua função, dever-se-á ter em conta:-----**

- **os alinhamentos na implantação da construção devem ter em conta as habitações vizinhas e as características urbanísticas da área onde se insere;-----**
- **o disposto no RGEU deverá ser tido em conta na realização de um projecto, e mais especialmente no que concerne a afastamentos a construções vizinhas;-----**
- a habitação deverá apresentar-se com 6 m de afastamento ao eixo do Caminho Municipal, por forma a cumprir o disposto no Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais – Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961 (artº 58º - nº 1);-----

**Atendendo ao exposto, foi deliberado, por unanimidade deferir o pedido de viabilidade, com os condicionamentos expressos neste parecer.**-----

**b) Levantamento de ónus de inalienabilidade**-----

Requerimento de **Mário Sebastião Prates**, residente na Horta de São Pedro, lote 21, 3º-Dtº-8500 Portimão, adquirente do lote de terreno número 2.4, sito no Loteamento Habitacional da Nave – Nora, freguesia Rio de Moinhos, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 1764, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o número 00755/970904, o qual lhe foi vendido pela Câmara Municipal de Borba em 27 de Setembro de 2002, em ónus de inalienabilidade, requerendo autorização para hipotecar o referido lote, junto da Caixa Geral de Depósitos, como garantia de empréstimo a contrair e o reconhecimento de subsistência da hipoteca mesmo em caso de reversão.

Analisado o requerimento, e de acordo com a informação anexa, foi deliberado, por unanimidade autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade tendo em vista a hipoteca pretendida, não se opondo a Câmara Municipal à venda do imóvel em caso de eventual execução judicial para recuperação do crédito concedido pela respectiva entidade bancária, pelo que deverá ser emitida certidão comprovativa.

**PONTO 2.3 – EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BORBA** -----

**a) Aprovação de Auto de Trabalhos a Mais**-----

Relativamente à empreitada acima referida, a empresa construções Rodrigo apresentou um Auto de Trabalhos a Mais, referente a pavimento térreo (execução de pavimento, constituído por uma camada de brita e massame) cuja aprovação se propõe.

O vereador Joaquim Serra perguntou ao vereador Artur Pombeiro se está feito o relatório técnico, que pediu nas últimas reuniões de Câmara, sobre esta empreitada. O vereador Artur, por sua vez, respondeu que o técnico ainda não teve tempo para o elaborar.

Por ter sido considerado fundamental a apresentação do relatório técnico, a aprovação do Auto de Trabalhos a Mais transitou para a próxima reunião de Câmara aguardando pelo mesmo.

**b) Prorrogação do prazo de construção da obra**-----

Tendo em conta a suspensão dos trabalhos da Empreitada de Ampliação do Mercado Municipal de Borba e, de acordo com o solicitado pelo empreiteiro, propõe-se a prorrogação do prazo, por mais 45 dias, para a conclusão da obra.-----

**Analisada a proposta, foi deliberado por unanimidade, aprovar o pedido de prorrogação do prazo de construção da obra, por mais 45 dias, para a conclusão da obra, sem direito a revisão de preços.-----**

## **PONTO 2.4 – NORMAS DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA “BORBA BRANCA BORBA LIMPA – 2004”--**

Previamente distribuídas por todo o executivo estiveram presentes as Normas de aplicação do Programa “Borba Branca Borba Limpa– 2004”, que depois de analisadas foi deliberado, por unanimidade, a sua aprovação. O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, mesmo estando de acordo com as normas, considera que ainda continuam a merecer um melhor aperfeiçoamento. Já que os eleitos em maioria aceitaram a recomendação que deixou o ano transacto aquando da aprovação das normas para 2003, este ano, sugere que para o próximo ano seja ponderada a questão dos imóveis de interesse público, nomeadamente os de interesse municipal, aqueles que já têm classificação do IPPAR, lhe possa ser atribuído outro tipo de apoio englobado neste programa, ou seja: que a Câmara, uma vez que também é interessada na preservação destes imóveis, possa disponibilizar mais alguma coisa.-----

Entretanto usou da palavra o vereador Humberto Ratado, referindo que concorda plenamente quando o vereador Joaquim Serra diz que as normas merecem ainda um melhor aperfeiçoamento pois, também na sua opinião, de ano para ano devem sempre melhorar. Contudo, se já há alguns anos estas normas foram lançadas, não compreende porque não foram melhorando em anos anteriores e não sofreram também outras alterações.--

O vereador Joaquim Serra transmitiu ao vereador Humberto Ratado que todos os anos as normas estavam sujeitas a pequenos ajustamentos. Acrescentou, porém, que desde que o programa foi implementado, e pela lógica, houve outras coisas que também se foram alterando. A título de exemplo referiu: quando o programa foi elaborado pela primeira vez não havia Zona de Protecção, não havia Zona Histórica (existiam apenas propostas). Entretanto funcionou também o GTL que fez outro tipo de levantamentos e de estudos, e se se pretender que este Município enverede pela qualificação de imóveis tem que se procurar atrair a disponibilidade dos proprietários e tentar ganhá-los para esta situação. Nunca se pode é começar com o que não se tem.-----

Usou também da palavra o vereador Artur Pombeiro, referindo que como todos sabem, neste mandato, a primeira alteração ao Programa foi

efectivamente a mudança do nome. Por outro lado, mudando uma situação por ano, pode dizer que se está a evoluir. Contudo, já houve também uma grande mudança ao Programa que foi alargá-lo a todo o concelho e, esta sim, foi bastante significativa porque as aldeias estavam esquecidas.-----  
Entretanto o Sr. Presidente acrescentou que, no âmbito desta conversa, lembrou-se de outra questão que daria um programa interessante “substituição dos azulejos das frontarias das casas”, tendo em conta que nas freguesias existem muitas situações destas. Entretanto o vereador Joaquim Serra acrescentou que esta questão já estava pensada e estruturada no mandato anterior, com a qual também concorda.-----  
Ficará o documento anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

### **PONTO 2.5 – PROTOCOLO COM COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL-----**

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente a proposta de Protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal de Borba e a Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL, cuja aprovação se propõe.-----  
O Sr. Presidente explicou que a COFAC é a Cooperativa de Formação e Animação Cultural que é proprietária da Universidade Lusófona de Lisboa. Trata-se de um protocolo genérico, que tem por objectivo procurar envolver mais uma série de entidades que possam trazer uma mais valia para o concelho, e que lhe parece importante. Numa fase inicial estará ligado principalmente a pós-graduações. Poderá também haver alguma formação profissional, alguma formação de professores, alguns mestrados. Foram já feitos alguns contactos com Instituições da região no sentido de ver se é possível o aluguer de algumas instalações. Informou que quando aparece na proposta determinado tipo de cursos não significa que depois não possa haver alterações, tendo em conta que a gestão do protocolo vai ser feita por uma Comissão Coordenadora que, de acordo com a procura e com as necessidades, pode determinar o tipo de cursos e de acções a desenvolver.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra perguntou se sendo este um protocolo genérico, vai dar origem a outros protocolos e se o plano de actividades a elaborar pelos representantes da Câmara e da COFAC vai ser aprovado pela Câmara. Referiu ainda que o Protocolo esclarece muito pouco – referindo apenas que os encargos da Câmara são as instalações. O Sr. Presidente informou que tratando-se de um protocolo genérico, irá dar origem a outros protocolos. Quanto ao plano de actividades terá que ser aprovado pela Câmara, a não ser que a esta delegue nos representantes essa competência. No entanto, na sua opinião, defende que o plano de actividades deverá ser aprovado pela Câmara. Quanto às instalações o Sr. Presidente informou que a Câmara vai diligenciar no sentido de as obter.---

**Analisada e discutida a proposta, foi deliberado por maioria, com três votos a favor, por parte dos eleitos do PS e duas abstenções por parte dos eleitos da CDU, a sua aprovação.**-----

Ficará cópia da mesma anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

**PONTO 2.6 – MARCAÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS**-----

**a) Lote de Terreno nº.78, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo.**-----

Tendo em conta que não se vendeu o lote de terreno nº.78, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, na hasta pública realizada dia 20 de Maio de 2004, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, marcar nova hasta pública para dia 24 de Junho de 2004, pelas 10:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município.-----

**Descrição e preço de Licitação**-----

Lote nº.	Área (m2)	Nº. de pisos	Utilização	Base de Licitação
78	415	Até 2	Pequenas Oficinas, artesanato	22.500,00 €

**Não serão admitidos lances inferiores a 50 Euros.**-----

As adjudicações serão de acordo com o regulamento em vigor e que os interessados poderão consultar ou solicitar na Divisão Administrativa da Câmara, podendo ser consultados ou adquiridos pelos interessados, durante as horas de expediente das 09.00h às 12.30h e das 14.00 às 17.30h.-----

**b) Pavilhão sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo**-----

Tendo em conta que não se vendeu o lote de terreno nº.30, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, destinado a indústria, com a superfície coberta de 268,00 m2, na hasta pública realizada dia 20 de Maio de 2004, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, marcar nova hasta pública para dia 24 de Junho de 2004, pelas 10:30 horas.-----

Base de Licitação: - 125.000,00 € -----

Lance mínimo: - 2.500,00 €-----

Área (m2)	Nº. de pisos	Utilização
268	Até 2	Indústria

**Foi ainda deliberado, por unanimidade aprovar:**-----

**1 – Forma de adjudicação do pavilhão:**-----

1.1 O pavilhão acima referido será vendido pela Câmara Municipal aos interessados, em hasta pública.-----

1.2 A data, hora e local da venda será anunciada em Edital, com pelo menos 15 dias de antecedência, e divulgada no jornal e rádio local.---

**2- Deveres dos arrematantes:-----**

2.1 Os compradores pagarão, no dia da arrematação, vinte por cento do valor do pavilhão. A parte restante será liquidada no acto da escritura de compra e venda, que será efectuada no prazo máximo de 60 dias.-

**c) Habitações na Aldeia Lacerda-----**

Tendo em conta que não se venderam as duas habitações na Aldeia Lacerda, abaixo descritas, na hasta pública marcada para dia 12 de Maio de 2004, a **Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, marcar nova hasta pública para dia 24 de Junho de 2004, pelas 11.00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município.**-----

Descrição	Área	Composição	Valor base de licitação
Prédio urbano, sito na Aldeia Lacerda, com o nº.2, inscrito na matriz com o número 1399	Sup.coberta:80,00 m2 Sup.descoberta:44,00m2	Uma cozinha, três divisões, casa de banho e quintal	37.409,84 €
Prédio urbano, sito na aldeia Lacerda, com o nº.6, inscrito na matriz com o número 1403	Sup.coberta:32,50m2 Sup.descoberta:15,00m2	Uma cozinha, uma divisão, casa de banho e quintal	17.457,93 €

Lance mínimo: **-100 Euros**-----

**Foi ainda deliberado, por maioria, aprovar:-----**

**1 – Forma de adjudicação das habitações:-----**

1.1 As habitações serão vendidas pela Câmara Municipal aos interessados, em hasta pública.-----

1.2 A data, hora e local da venda será anunciada em Edital, com pelo menos 15 dias de antecedência, e divulgada no jornal e rádio local.---

**2 – Deveres dos arrematantes:-----**

2.1 Os compradores pagarão, no dia da arrematação, vinte por cento do valor das habitações. A parte restante será liquidada no acto da escritura de compra e venda, que será efectuada no prazo máximo de 60 dias.-----

Os vereadores eleitos pela CDU, votaram contra, pelos mesmos fundamentos invocados em reuniões anteriores, ou seja: por considerarem que pelos valores que as habitações vão ser vendidas, não lhes parece que a



Câmara resolva alguns problemas, parece-lhes sim que se poderão perder duas casas quando se poderia jogar com alguns realojamentos temporários. Por considerarem ainda que deveria existir um critério de utilização deste espaço, que fosse rigoroso e contratual para períodos pequenos e de extrema necessidade, e não para fazer realojamentos de longa duração nem para resolver problemas de quem não tem casa.-----

## **PONTO 2.7 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----**

### **Hastas públicas, realizadas dia 20 de Maio/2004, para adjudicação do Pavilhão, construído no lote nº.30, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo e para adjudicação dos lotes de terreno nºs.78 e 79 sitos na Zona Industrial da Cruz de Cristo.-----**

Informa-se que foi adjudicado o lote de terreno nº.79, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, a Luís Rafael Ficalho Alpalhão, pelo valor de 22.550,00 €.------

. O Sr. Presidente entregou a todos os eleitos cópia da Proposta Prévia de Ordenamento (parte escrita do PDM), que foi ontem remetida pela CCDRA. Informou que faltam as peças desenhadas porque, chegou apenas um exemplar e, enviou-as para a Arq<sup>a</sup> Ana Isabel analisar. Se pretenderem também cópia das peças desenhadas poder-lhe-ão ser fornecidas posteriormente.-----

**O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a penúltima reunião de Câmara (tendo em conta que não participou na parte final da última reunião) participou:-----**

- ✓ Participação na Inauguração do Pólo de Serviço de Apoio Domiciliário de Orada.-----
- ✓ Reunião, em Lisboa, com a REFER no sentido de analisarem a possibilidade de aproveitamento da linha férrea (transformação em eco-pista). Dessa reunião resultou que tivesse feito uma proposta que foi enviada para Vila Viçosa e Estremoz, em que todos concordaram e que posteriormente seguiu para a REFER tendo já havido resposta. O objectivo desta proposta, nesta fase inicial, é apenas a eco-pista. Numa segunda fase o objectivo será o aproveitamento das instalações para fins turísticos (passagens de nível, estações, etc) em que a REFER manifestou interesse em ser parceiro dos Municípios envolvidos. É também um dos objectivos candidatar esta eco-pista um programa do INTERREG III B (projecto em que são parceiros a

- CCDRA, a REFER e as Câmaras Municipais que podem eventualmente aderir).-----
- ✓ Reunião com o objectivo de tentar criar uma empresa que vá revitalizar a olivicultura, na qual participaram as Cooperativas de Olivicultores de Borba e de Estremoz, as Câmaras Municipais de Borba e do Alandroal, as Caixas de Agrícolas de Crédito Mútuo de Borba e Vila Viçosa e o Ministério da Agricultura (dois técnicos). Nesta reunião foi apresentada uma proposta de Estatutos que vai ser melhorada. Informou que por desconhecer que existiam duas Cooperativas de Olivicultores no Alandroal, não foram convidadas a participar nesta reunião. No entanto, já foram apresentadas desculpas e vão participar na próxima reunião que, em princípio, realizar-se-á no Alandroal. Todos se mostraram extremamente entusiasmados com esta ideia, tendo em conta os objectivos da empresa: prestação de serviços (ou através de aluguer) em termos de desinfeção, apanha, etc.-----
  - ✓ Participação na inauguração do espaço Internet.-----
  - ✓ Reunião com o Senhor Director Regional dos Serviços de Registo e Notariado, o Director de Serviços e o Projectista da obra do Cartório Notarial e Conservatória dos Registos Civil e Predial de Borba. O Sr. Presidente informou que, nesta reunião, chegou-se a acordo, estão apenas a ser feitas algumas alterações em termos de projecto de especialidades, porque a alteração do 1º andar sobre a privatização dos notariados obriga a que haja algumas mudanças em termos de projecto de especialidades.-----
  - ✓ Reunião com o Dr. Transmontano, na sequência de reuniões que estão a realizar com as autarquias, em que pedem informação sobre obras em curso com projectos elaborados para ver, de acordo com as reservas de eficiência do QCA, o que é possível fazer com as diversas autarquias.-----
  - ✓ Participação no almoço do final de época do Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos.-----
  - ✓ Participação nas Comemorações do 3º Aniversário da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Orada - Borba.-----
  - ✓ Reunião do Conselho de Administração da AMDE.-----
  - ✓ Fez-se representar por um técnico, num “Seminário Internacional sobre Aprendizagem e Trabalho à Distância no Combate à Exclusão” que se realizou na FIL em Lisboa. Não pode participar neste seminário, porque, no mesmo dia, participou numa reunião com a Rede Nacional de Museus, na sequência das reuniões que tem tido com o Sr. Padre Melo sobre o Museu das Profissões e Museu de Arte Sacra. Embora haja algumas divergências de ideias em relação ao

conceito e à funcionalidade de museus, foram bem recebidos, e, pensa que isto se consegue ultrapassar.-----

- ✓ Reunião com o Dr. Manuel Damásio, para se negociar a questão do protocolo com a COFAC, cuja proposta foi hoje aprovada.-----
- ✓ Recepção de um grupo de estudantes de uma Universidade de Lisboa, que vieram visitar a Zona dos Mármore.-----
- ✓ Vai receber, hoje, no âmbito da Assimagra uma visita do Embaixador do Chile.-----

**O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----**

- ✓ Jardim Municipal – trabalhos de infraestruturas eléctricas.-----
- ✓ Rua da Cruz – continuação dos trabalhos-----
- ✓ Loteamento da Forno–Orada – continuação dos trabalhos de construção de caboucos e aplicação de lancil e enchimentos.-----
- ✓ Corte de ervas e aplicação de químicas, nomeadamente na Zona Industrial e Zona do Campo de Futebol.-----
- ✓ Caminhos da UNOR 2 – iniciou-se, hoje, o caminho paralelo à linha férrea.-----
- ✓ Cemitério Municipal – mandou-se fazer um carro para transporte de urnas para o local das sepulturas.-----

**Neste ponto da Ordem de trabalhos o Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:--**

- ✓ Participação num Colóquio sobre Energia Solar em Municípios, no Hotel D. Fernando em Évora, organizado pela ADEN.-----
- ✓ Participação no almoço do final de época do Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos.-----
- ✓ Reuniões com as Comissões de Festas de Orada e Rio de Moinhos, a fim de acordarem todo o tipo de apoios a ceder por parte da Câmara.-----
- ✓ Reunião com Associações e Colectividades sobre as Festas de Agosto.-----
- ✓ Representação no XXII CNC dos Dragões de Olivença, organizado pelo Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz.-----
- ✓ Reunião com a Comissão Organizadora da Festa da Vinha e do Vinho para acertar estratégias e alternativas, e ficou agendada uma próxima reunião para dia 14 de Junho a realizar em Évora. O vereador Humberto Ratado, deixou um pedido aos vereadores da oposição se tiverem ideias mais activas para esta questão que as façam chegar.-----

- ✓ Reunião com as Juntas de Freguesia e o Sr. Capitão Cupeto da GNR do Comando de Estremoz para acordarem uma parceria sobre um Programa de Idosos em Segurança. Foi pedida a colaboração da Câmara, no sentido de ajudar tecnicamente em termos de espaço e incentivar a desenvolver acções de sensibilização vocacionadas para os idosos. Pediram também a colaboração das Juntas de Freguesia e estas acções irão decorrer em Borba, Rio de Moinhos e Orada. Vão tentar mobilizar as pessoas para as sensibilizar para a questão das burlas, o conto do vigário e até a questão das notas falsas que, neste momento, estão a aparecer com muita frequência.-----

-----  
Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----  
-----

### **-----ENCERRAMENTO-----**

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por doze páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----